

JULGAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS
CNPJ: 13.128.863/0001-90

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SANÇÃO DE EMPRESAS –
PSE nº 10/2024/PMBC

ATA DE RP Nº 122/2023 – PREGÃO Nº 022/2023/PMBC

OBJETO: Apuração de suposta infração contratual, decorrente do procedimento licitatório para Registro de Preços para aquisição de bens móveis de materiais e equipamentos diversos, para suprir as necessidades dos diversos órgãos da Administração Pública do município de Barra dos Coqueiros/Se.

ÓRGÃOS DEMANDANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS – PMBC

EMPRESA CONTRATADA: MV COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 50.438.061/0001-03

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE MÉRITO

O Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe, representante legal por mandato, usando das competências e atribuições que lhe foram conferidas, pelo §2º do Art. 17 do Decreto nº 250/2024, de 15 de março de 2024, acata todos os fundamentos de fato e de direito constantes do Relatório Final da Comissão e da Minuta da Decisão Administrativa de Mérito da Secretaria Municipal do Controle Interno, com as devidas recomendações da Assessoria Jurídica contidas no Parecer Jurídico da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, para aplicar à Empresa MV COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 50.438.061/0001-03, as seguintes sanções e determinações:

1. DA SÍNTESE

Diante da conduta apurada, onde a empresa MV COMÉRCIO LTDA, após a processo de licitação e assinatura da ata de Registro de Preços, não cumpriu com as condições estabelecidas, ensejou-se abertura do presente procedimento em respeito ao contraditório, ampla defesa e o devido processo legal.

Em defesa, a empresa notificada apresentou manifestação, requerendo novo prazo para a entrega ora solicitada, aduzindo que: “Infelizmente por erro ‘humano’ não efetuamos a entrega desses 2 empenhos. Entregamos nos últimos meses... entregamos em torno de 28 pedidos para os senhores”.

Foi oportunizada abertura de novo prazo para entrega dos materiais solicitados, o que fora cumprido pela ora contratada. Assim, no transcurso deste procedimento de sanção foram sanadas as irregularidades, com a entrega dos móveis. Não houve diligências e outras provas.

JULGAMENTO

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS
CNPJ: 13.128.863/0001-90

De tudo apurado, considero subsistente o presente procedimento, e procedente a reclamação apresentada/informações colhidas previamente à instauração do presente procedimento.

Sendo assim, acolho e aprovo o presente procedimento em todos os seus termos.

Dispensado os mesmos fundamentos, *ex positis*, passo à aplicação da SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

Em observância aos termos da Lei 8.666/93, adunados ao Decreto Municipal Nº 250/2024, vigente à época da licitação competente, é cabível a aplicação das penas de Advertência; Multa; Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração Pública; Declaração de Idoneidade para Licitar ou Contratar com Administração Pública.

Ante as circunstâncias acima apuradas e comprovadas, não estando presentes a gravidade da infração, os danos, do dolo, ausência de vantagem indevida, bem como a não aferição exata da condição econômica da empresa ora Contratada, considerando os termos do Edital do P.E. Nº 022/2023, aplico: **Sanção de Advertência prevista no artigo 87, I da Lei Federal n. 8.666/93, na cláusula 14.4.1 do edital do pregão nº 22/2023.**

2. DA DECISÃO

Ante todo exposto, decido para procedência do presente pleito administrativo para aplicar sanção na empresa ora contratada, nos termos desta decisão e na forma da lei, ao passo que **determino**:

- 2.1. A notificação da empresa infratora, por meio de Diário Oficial, e ainda por meio eletrônico, para ter ciência desta decisão, e, querendo, apresentar recurso no prazo de 05 (dez) dias, a contar da data de ciência. (Decreto Municipal de nº 250/2024);
- 2.2. Após o trânsito em julgado desta decisão, promovam-se demais atos necessários para o encerramento do presente procedimento;
- 2.3. Remetam-se cópias, ou por meio eletrônico, para ciência do inteiro teor desta decisão, aos responsáveis legais pelo Departamento de Licitação, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria de Assuntos Jurídicos e demais gestores competentes, para posteriores providências.
- 2.4. Registrem-se. Publiquem-se na imprensa oficial. Intimem-se.

Cumpra-se.

Barra dos Coqueiros/SE, 03 de junho de 2024.


ALBERTO JORGE SANTOS MACEDO
Prefeito do Município de Barra dos Coqueiros/SE